



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Vice-Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Vice-Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Presidente não esteve presente por se encontrar ausente no estrangeiro, em representação da CIMRL, pelo que, nos termos legais, foi substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Jorge Campos Vicente.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 11, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MAIO DE 2015
3. REQ. N. 693/15, DATADO DE 20/05/2015 – PC N.º 6/13, DATADO DE 04/01/2013 – VÍTOR MANUEL DE MATOS FRANCO
4. REQ. N. 537/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 339/14, DATADO DE 07/10/2014 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA

5. REQ. N. 1846/14, DATADO DE 02/12/2014 – PC N.º 285/14, DATADO DE 08/08/2014 – CHRISTOPHE VINDEIRINHO
6. REQ. N. 611/15, DATADO DE 04/05/2015 – PC N.º 56/15, DATADO DE 02/03/2015 – ANA MARGARIDA RIBEIRETE FERNANDES
7. REQ. N. 372/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 19/11, DATADO DE 20/01/2011 – CELSO DA SILVA MACHADO
8. REQ. N. 651/15, DATADO DE 12/05/2015 – PC N.º 431/11, DATADO DE 21/11/2011 – PAULO JORGE ALVES PIRES
9. REQ. N. 510/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 119/13, DATADO DE 24/04/2013 – ANTÓNIO JOSÉ DUARTE SOUSA
10. REQ. N. 386/15, DATADO DE 23/03/2015 – PC N.º 81/15, DATADO DE 23/03/2015 – IBEROALPLA PORTUGAL-EMB.PLASTICAS UNIPESSOAL, LDA.
11. REQ. N. 516/15, DATADO DE 17/04/2015 – PC N.º 37/14, DATADO DE 07/02/2014 – FERNANDO DA CONCEIÇÃO DUARTE
12. REQ. N. 411/15, DATADO DE 26/03/2015 – PC N.º 34/15, DATADO DE 03/02/2015 – BELMIRA GANDARA FÁRIA CONDEÇA FELICIANO E MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA
13. REQ. N. 1828/12, DATADO DE 09/11/2012 – PC N.º 205/12, DATADO DE 19/07/2012 – MANUEL DOMINGUES DAS NEVES
14. REQ. N. 816/14, DATADO DE 03/06/2014 – PC N.º 189/14, DATADO DE 03/06/2014 – CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA
15. E/2677/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
16. E/1707/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL
17. REQ. N. 352/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 104/06, DATADO DE 15/02/2006 – CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO,
18. REQ. N. 315/15, DATADO DE 11/03/2015 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE
19. REQ. N. 316/15, DATADO DE 11/03/2015 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE

20. REQ. N. 649/15, DATADO DE 12/05/2015 – PC N.º 410/14 , DATADO DE 18/11/2014 – PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS
21. EMISSÃO DE PARECER – OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO COM INSTALAÇÃO DE APOIO DE PRAIA MÍNIMO NA PRAIA DA VIEIRA, PARA A ÉPOCA BALNEAR DE 2015.
22. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
23. 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2015.
24. DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA PROCESSO DE SELEÇÃO TENDENTE À ESCOLHA DE NOVO TITULAR PARA O CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.
25. PROCESSO DISCIPLINAR. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL.
26. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO
27. “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA - CP N.º 01/2009” – REVISAO DE PREÇOS DEFINITIVA.
28. RECEPÇÃO DEFINITIVA - RETIFICAÇÃO
29. RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2015/A/135 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015.
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO, MONITORES DE ATIVIDADES PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS E SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENE DA COLÓNIA AFONSO LOPES VIEIRA EM 2015”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ALUGUER DE RETROESCAVADORA (INCLUINDO MOTORISTA) E CAMIÃO PARA REPARAÇÃO DE ROTURAS NAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“REGULARIZAÇÃO DOS AREAIS DA PRAIA DE SÃO PEDRO DE MOEL E DA PRAIA DA VIEIRA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
34. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO BIENAL DAS RENDAS DOS BAIRROS SOCIAIS.
35. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE AGOSTO DE 2015.
36. ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 560, DATADA DE 3 DE JULHO DE 2014, COM A EPÍGRAFE: “ ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012” E DE DEVOLUÇÃO DO APOIO FINANCEIRO ATRIBUÍDO EM 2012, PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NO VALOR DE QUINZE MIL EUROS.
37. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULO DE 26 DE JUNHO E JULHO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
38. FESTAS DA CIDADE – APOIOS E PATROCÍNIOS
39. 9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 – 2.ª REVISÃO
40. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014
41. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de dar início ao período para intervenção e esclarecimento ao público, o **Sr. Vice-Presidente** informou que os documentos referentes aos pontos 39 e 40 da presente reunião não ficaram prontos, e tendo em conta a necessidade de os mesmos serem presentes na próxima sessão da Assembleia Municipal, **convocou todos os membros do executivo para uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, a realizar dia 04/06/2015, pelas 14:00 horas.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveu-se e foi atendida a seguinte munícipe:**

**1 – D. Catarina Alexandra Vieira Viva**, residente na Rua da Sede Nova, Bloco A, 1.º Esq.º, Pero Neto, Marinha Grande, que pediu informações sobre a previsão da colocação de saneamento na rua onde reside. Referiu que este assunto já é do conhecimento da Câmara, pois os moradores desde 2013 que vêm alertando e denunciando a existência de uma construção cujas fossas se encontram na via pública. Já receberam um ofício enviado pela DOT, do qual leu um extracto. Sabem que existe um contrato com a SIMLIS para estender o saneamento até ao Pero Neto, pelo que reiteram o pedido de informação escrita, uma vez que a situação é grave e já se arrasta há mais de 10 anos.

O **Sr. Vice-Presidente** informou que a construção em causa é um condomínio com licença de utilização concedida por declaração do técnico, que garantiu que a mesma estava de acordo com o licenciado (em 1998). Em 2007 surgem problemas, a Câmara é chamada e deteta então que a fossa estava em espaço público. Fez todos os esforços, pessoalmente e por escrito, junto do construtor, no sentido de o sensibilizar para a resolução do problema, mas ele não apareceu. A solução para o problema é o saneamento público. A SIMLIS já adjudicou o emissário e a obra começará entretanto. Os serviços da Câmara também já estão a preparar o projecto para o concurso, uma vez que parte do Pero Neto já tem saneamento enterrado, só não está ligado por não haver emissário.

O Sr. Vice-Presidente concluiu informando que a Câmara pensa, até ao final do ano ou início do próximo, lançar o concurso para o saneamento enterrado e para a construção de colectores, e que o problema apresentado pelos moradores da Rua da Sede Nova ficará resolvido se a SIMLIS avançar com o emissário, uma vez que têm que ser eles a começar primeiro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Congratulou-se pelo facto de na reunião anterior ter falado no jardim de S. Pedro e no wireless e de estes assuntos já terem sido resolvidos. Deixa aqui o seu elogio, e gostaria de o poder fazer em todas as reuniões, porque significaria que foi feita obra, e bem feita.
- ⇒ Saneamento no Pero Neto – também pretendia falar sobre este assunto, que lhe foi apresentado por um munícipe, via e-mail, mas como as duas munícipes presentes já expuseram a situação deixa aqui mais um alerta.
- ⇒ Praia da Vieira – cada vez há menos praia, foi prometida a construção de um esporão mas não foi feito. No Pedrógão estão a decorrer obras e a praia já tem mais areia. Pede à Câmara e ao Vereador que insistam junto da Ministra para que cumpra o que prometeu, uma vez que já cumpriu a promessa feita para a recuperação das arribas de S. Pedro e para a construção da Ponte.
- ⇒ Mercado – reforçou aquilo que falou anteriormente, e mencionou o artigo publicado no Jornal de Leiria da semana passada, que diz que o avião do futuro tem dedo da Marinha Grande, referindo que se temos um centro de inovação também deveremos ter um mercado de futuro, casando a inovação e tecnologia com o futuro. Salientou ainda que recebeu muitos elogios por esta abordagem.
- ⇒ Reabilitação urbana – leu que Ansião vai aproveitar os fundos do Portugal 2020 para fazer reabilitação urbana, questionando o que vai fazer a Marinha Grande.
- ⇒ Canil e gatil – disse que recebeu um e-mail de um munícipe, que referia um título de jornal de 02/10/2014, sobre a previsão de o canil e gatil estarem prontos no primeiro semestre de 2015, pelo que pretende saber qual o ponto de situação.

### **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Relativamente ao atendimento público, disse que é bom que os munícipes venham à reunião expor os seus problemas, pois este é o sítio certo. O problema apresentado já tem muitos anos, mas agora há uma data para a sua resolução, início de 2016. São mais seis meses, mas espera que até lá os munícipes possam aqui vir, mas para elogiar o trabalho feito.
- ⇒ Felicitou uma vez mais os patinadores do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, por se terem tornado Campeões Nacionais de Desporto Escolar em 22 modalidades distintas, nas provas realizadas em Lisboa. A equipa masculina sagrou-se Campeã Nacional de Desporto Escolar, na modalidade de Perícias e Corridas em Patins, enquanto a equipa feminina se sagrou Vice-campeã Nacional na

mesma modalidade. Individualmente, e nas provas de linha, destreza e de sprint, há que realçar os pódios dos patinadores Daniel Constantin, Ricardo Marques, Bernardo Feliciano, Beatrice Constantin e Diana Carrapeiro.

⇒ O Museu do Vidro tem na parede a história cronológica das empresas de vidro no país. Ali podem-se ver mencionadas muitas empresas pelo país fora, algumas praticamente desconhecidas. No entanto, não está referida nenhuma empresa vidreira em Pataias. Foi investigar e pode afirmar que houve duas empresas de vidros em Pataias-gare, a Fábrica de Vidros de Pataias e a Empresa Vidreira de Pataias, que ainda tem NIF ativo (500 097 852).

Nos tempos imediatos ao 18 de Janeiro de 1934, as forças policiais passaram a controlar e limitar os movimentos dos vidreiros marinhenses, que para irem trabalhar para Pataias, onde ganhavam mais, tinham de ter uma licença de trabalho. O facto de ganharem mais e precisarem de licença para irem trabalhar para Pataias, levou a que os trabalhadores se referissem a Pataias como sendo o “estrangeiro”.

- Sabendo que desde sempre houve trabalhadores vidreiros que iam da Marinha para Pataias e vice-versa, questionou qual a razão para que no Museu do Vidro se tenham omitido estas empresas?
- Para reposição da verdade, sugeriu que rapidamente se investigue e se faça também referência a estas empresas no Museu do Vidro.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Agradeceu a presença dos munícipes, referindo que este é o lugar certo para apresentarem os seus problemas.
- ⇒ Referiu que tem várias questões para colocar, e que irá fazer chegar o pedido por escrito, para resposta também escrita.
- ⇒ Perguntou se já se avançou no sentido de disponibilizar as 21 casas de habitação social.
- ⇒ O Presidente da Câmara esteve em reunião com a ARS e o Centro de Saúde Pinhal Litoral, pelo que questionou quais foram os resultados e quais são os passos a tomar. Entende que a criação de uma comissão de saúde concelhia seria uma ferramenta importante para fazer prevalecer a nossa voz e alterar o estado das coisas. A criação de incentivos para a fixação de médicos no concelho, à semelhança do que acontece noutros concelhos, também seria importante.
- ⇒ Carta Educativa – perguntou qual o ponto em que se encontra e em que medida possíveis atrasos poderão pôr em causa a candidatura aos fundos Portugal 2020.
- ⇒ Creche social – já há data para abertura?
- ⇒ Alteração ao PDM – chamou a atenção para as alterações que o PDM de Leiria introduziu nas zonas industriais confinantes com os limites do concelho da Marinha Grande, passando para industriais zonas que até aqui não o eram. Como o nosso PDM está em revisão, dever-se-á ter atenção para os terrenos que estão junto, pois se Leiria contornou os constrangimentos também nós o devemos fazer.



**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Deu a conhecer a abertura de mais uma unidade hoteleira, que é um Hostel, em S. Pedro de Moel, chamado “Home Moel”, com a qual se congratulou por ser mais uma atração turística e por se tratar de uma boa iniciativa na área do turismo.
- ⇒ Apresentou a proposta aprovada pela Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria, que se anexa à presente ata (**Anexo 5**), e que recomenda à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes topónimos:
  - **Largo Acácio Carriça Pedrosa**, ao largo junto ao monumento ao pescador, frente à Avenida Marginal, na Praia da Vieira;
  - **Jorge Custódio Grácio**, a um espaço público condigno, em Vieira de Leiria;
  - **António Garrido**, a uma rua em Vieira de Leiria.
- ⇒ Dia Mundial da Criança – distribuiu um flyer alusivo às comemorações, que este ano estão englobadas nas festas da cidade, nos dias 6 e 7 de junho, no Parque da Cerca, das 09:00 horas às 19:00 horas, com diversas iniciativas, como insufláveis, pinturas faciais, modelagem de balões, ateliers de sensibilização ambiental e oficinas de percussão.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Lembrou e pediu que se divulgue que nos dias 3 e 4 de junho abrem as inscrições para as colónias de férias em S. Pedro de Moel.  
O **Sr. Vice-Presidente** informou que os espaços estão em obras, e que as mesmas serão interrompidas a 15 de junho, recomeçando em Setembro, estando asseguradas as colónias de férias e as visitas à Casa Museu Afonso Lopes Vieira.
- ⇒ Casa da Cultura – o Sr. Vereador prosseguiu, chamando a atenção para a programação dos próximos meses, designadamente a peça de teatro do S.I.M., “O encenador canalizador”, a atuação de Rita Ribeiro e Sandra José e ainda do músico André Barros.
- ⇒ Festas da cidade – disse que o programa já é amplamente conhecido, mas que gostaria de referir a grande presença das associações, que este ano são 32 (o ano passado foram 20), enumerando de seguida os seus nomes. Trata-se de uma presença em massa das colectividades do concelho. Salientou também o serviço especial de transporte a disponibilizar pela TUMG, entre o Estádio Municipal e o Parque da Cerca, nos dias 5, 6 e 7 de junho.

**Às questões colocadas respondeu o seguinte:**

- ⇒ Pero Neto – já conhecia a questão do saneamento, que foi apresentada numa sessão efectuada naquele lugar, onde esteve presente com a Sr.ª Vereadora Alexandra e ouviram os moradores. Já pediram a intervenção ao Sr. Vereador Paulo

Vicente, foi feita alguma coisa, nomeadamente em relação a uma fossa a “céu aberto”. Compreende que há dificuldades, todos gostariam que o problema se resolvesse rapidamente, mas a verdade é que se vai tentar resolver, embora leve o seu tempo.

- ⇒ Esporão – concorda com o Sr. Vereador António Santos, mas a verdade é que de esporão em esporão, desde a Figueira da Foz ao Pedrógão, se vão criando problemas a quem está a sul. Já ouviu muitas opiniões sobre o assunto, e do mesmo modo que o Sr. Vereador António Santos pediu à Câmara para intervir junto do Governo, também ele próprio pede ao Sr. Vereador António Santos que interfira junto do Governo para a necessidade de intervenção numa obra integrada e que abranja uma área grande e não em obras isoladas.
- ⇒ Mercado – já emitiu a sua opinião.
- ⇒ Museu do Vidro – entende que a sua instalação não termina nesse momento, e que há sempre um trabalho de investigação e todos os contributos são bem-vindos. O contributo do Sr. Vereador Aurélio é bem-vindo e vão-se tomar medidas para rectificar.
- ⇒ 21 casas de habitação social – em termos do PPI vai-se intervir, já coordenou com o Sr. Vereador Paulo Vicente, e decidiram que vão iniciar o processo de concurso mesmo antes de as obras estarem concluídas, para que as casas possam logo ser atribuídas. Agradeceu a preocupação do Sr. Vereador Carlos Logrado, mas referiu que está atento.
- ⇒ Medidas para fixação de médicos – entende que tem de haver cuidado ao assumir competências que não são da autarquia. É o governo central que tem que assumir estas responsabilidades, porque se a Câmara as assumir, mais tarde ou mais cedo não terá dinheiro para as suas. Tem que haver cuidado e não cair em demagogias baratas e que soam bem às populações.
- ⇒ Creche social – deixa a questão para ser respondida pelo Vice-Presidente.

**O Sr. Vice-Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Relativamente à revisão do PDM e aos possíveis constrangimentos para a Carta Educativa, pediu à Chefe da DOT, Dr.<sup>a</sup> Inês Marrazes, para vir à reunião prestar esclarecimentos.

A **Chefe da DOT** referiu que já foi entregue, no mês de abril, a 1.<sup>a</sup> fase, que neste momento ainda está a ser avaliada, porque na primeira análise houve correcções a efectuar. Os elementos corrigidos irão ser entregues hoje, serão verificados novamente e depois virão a reunião de Câmara. A Carta Educativa foi incluída na revisão do PDM, não é usual isto verificar-se, mas aqui aconteceu. Este elemento não foi entregue na 1.<sup>a</sup> fase porque a Câmara não forneceu à equipa os dados necessários. A Câmara tem os dados escolares até 2009, faltam os dados de 2009 até ao ano lectivo de 2014/2015. É urgente que os três agrupamentos e outras entidades escolares forneçam os seus dados, o que ainda não aconteceu, daí que a Carta Educativa ainda não tenha sido entregue.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou quando é que se vão ter os dados necessários.

O **Sr. Vice-Presidente** informou que há um problema externo à Câmara, mas que no seu entender lhe parece fácil de fornecer.

A **Chefe da DOT** caracterizou o tipo de dados que foram solicitados e que causam o constrangimento na resposta de um dos agrupamentos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que apesar de não estar por dentro do assunto, lhe parece que alguns dos dados serão difíceis de fornecer. E colocou as seguintes questões:

- a) Quando é que foram pedidos estes dados?
- b) Qual o prazo dado para os fornecer?
- c) Que constrangimentos causam?

A **Chefe da DOT** referiu que houve uma reunião em 11/fevereiro/2015, onde estiveram todos os agentes do Conselho Municipal de Educação, e em 23/02/2015 foram pedidos os três primeiros tipos de dados. Em 17/03/2015 foram logo recebidas algumas respostas. No mês de março houve uma reunião na DGEST, onde foi dito que seria importante a Câmara pedir também outros três dados. Em 19/03/2015 há novo Conselho Municipal de Educação, onde a DGEST esteve presente pela primeira vez, e foram pedidos os elementos, que deveriam ser entregues até final de março. Em 11/05/2015 há novo Conselho Municipal de Educação onde foi informado que a Carta Educativa não fazia parte da 1.ª fase da revisão ao PDM que foi entregue em abril. Foi fixado novo prazo, até 18/05/2015.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que uma vez que o problema da Carta Educativa está incluído na revisão ao PDM, e dado o prazo que esta leva, se corre o risco de não termos nem PDM nem Carta Educativa, nem nos podermos candidatar a apoios.

O **Sr. Vice-Presidente** informou que independentemente do PDM, a Carta Educativa, logo que esteja pronta, será submetida a aprovação. Os investimentos na área educativa é que podem estar comprometidos se não tivermos os dados escolares.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** insistiu na pergunta: para quando a Carta Educativa?  
A **Chefe da DOT** informou que no dia 22 de junho deveria estar entregue, com a 2.ª fase do PDM, mas não vai estar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** aconselhou a Sr.ª Vereadora a atuar, usando a diplomacia, fazendo uma visita. A **Sr.ª Vereadora** informou que já fez 3 visitas. O **Sr. Vereador** prosseguiu, dizendo que lhe parece que há falta de eficiência e de eficácia, e que se anda a “enrolar”. A **Sr.ª Vereadora** contrapôs, dizendo ao Sr. Vereador que é muito feio fazer política barata com assuntos sérios.

O **Sr. Vice-Presidente** cessou a troca de palavras entre os dois Vereadores e referiu que o agrupamento em causa tem uma tutela, e por isso, embora ainda não se tenha querido fazê-lo, terá que se recorrer a ela.

- ⇒ Época balnear – informou que abre a 15 de junho e está-se a trabalhar nesse sentido.
- ⇒ Esporão – tem-se pressionado em conjunto, Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Na sua opinião pessoal tudo o que se faça para contrariar a natureza é crime. Já ouviu técnicos sobre o que está previsto no POOC, que é um pequeno esporão evolutivo. Alertou para os perigos que a construção do esporão possa causar nos areais.
- ⇒ Mercado – já foi respondido pelo Sr. Presidente na reunião anterior.
- ⇒ Canil – está construído mas ainda não está finalizado, porque surgiu um problema no decurso da construção. Os arranjos exteriores já estão adjudicados e em finais de agosto estarão prontos.
- ⇒ Habitação social – quando se fizer a revisão ao orçamento vai ser alocada uma verba substancial e vão-se definindo as prioridades. Neste momento não pode dar datas.
- ⇒ Reunião na ARS – o Sr. Presidente esteve na reunião, relatou ao executivo permanente o que se passou e pede que seja o próprio a relatar. A situação dos médicos está a ser equacionada pela Câmara. Ontem esteve no Conselho Regional da CCDR e aí foi dito que as Câmaras Municipais estão a ser as “barrigas de aluguer” do Governo. A CMMG está disposta a ser essa “barriga de aluguer”.
- ⇒ Creche – está em curso a certificação pela CERTIEL, para depois lançar o concurso.



Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Vice-Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:05 horas às 11:15 horas.



## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 11, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MAIO DE 2015**

340 - Presente a ata n.º 11, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 13 de maio de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N. 693/15, DATADO DE 20/05/2015 – PC N.º 6/13, DATADO DE 04/01/2013 – VÍTOR MANUEL DE MATOS FRANCO**

341 - Presentes requerimentos n.º 631/15 e n.º 693/15, registados em 2015/05/07 e 2015/05/20, respetivamente, referente a pedido de licenciamento de alterações ao projeto da moradia, apresentado na vigência do alvará de licença de legalização e ampliação n.º 53/14, respeitante ao processo n.º 6/13, para o prédio misto sito na Rua Joaquim Domingues, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17.994, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6.274 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.102, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por VÍTOR MANUEL DE MATOS FRANCO, com o NIF 167052578, residente na Rua Afonso Lopes Vieira, n.º 46, 2.º D.to/Frente, lugar de Barreira e Cortes, freguesia de Pousos, concelho de Leiria.

Presente parecer técnico datado de 2015/05/21, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto para que a Câmara Municipal tome decisão.

Após análise dos requerimentos n.º 631/15 e n.º 693/15, registados em 2015/05/07 e 2015/05/20, respetivamente, referente a pedido de licenciamento de alterações ao projeto da moradia, apresentado na vigência do alvará de licença de legalização e ampliação n.º 53/14, respeitante ao processo n.º 6/13, para o prédio misto sito na Rua Joaquim Domingues, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17.994, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 62.74 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.102, freguesia de Marinha Grande, apresentado por VÍTOR MANUEL DE MATOS FRANCO, com o NIF 167052578, residente na Rua Afonso Lopes Vieira, n.º 46, 2.º D.to/Frente, lugar de Barreira e Cortes, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, bem como do parecer técnico de 2015/05/21, a Câmara Municipal delibera nos termos do artigo 20.º n.º 3 alínea a) do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, APROVAR o projeto de arquitetura.

Delibera ainda informar a requerente que deve apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

**4 - REQ. N. 537/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 339/14, DATADO DE 07/10/2014 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA**

342 - Presentes requerimentos n.º 1476/14, n.º 181/15 e n.º 537/15, registados em 2014/10/07, 2015/02/11 e 2015/04/21, respetivamente, referentes a pedido de **licenciamento de obra de alteração, de ampliação e legalização de edifício de habitação existente**, com alteração de uso de habitação com um fogo para edifício de habitação com três fogos, sito na Av. Marginal, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o n.º 2.976 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.692, apresentado por **CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1º andar direito, no concelho de Lisboa, **ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO**, com o NIF 197402119, residente na Rua Marques de Pombal, n.º 92, 1º, no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, **JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 210756608, residente na Rua Luís de Camões, n.º 45-B, R/C direito, no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, **PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 186693176, residente na Rua das Figueiras, n.º 26, 1º F no lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, **FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o NIF 160571545, residente na Rua Diogo Cão, n.º 1, 12º andar direito, Portela, no concelho de Loures.

Presente autorização da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., concretizada pela Licença de Utilização n.º L.008818.2014.RH4, com início em 2014/07/06, válida até 2015/07/06.

Presente parecer técnico datado de 2015/04/24, que refere estar o projeto de arquitetura em condições de ser tomada uma decisão.

**Após análise dos requerimentos n.º 1476/14, n.º 181/15 e n.º 537/15, registados em 2014/10/07, 2015/02/11 e 2015/04/21, respetivamente, referentes a pedido de licenciamento de obra de alteração, de ampliação e legalização de edifício de habitação existente, com alteração de uso de habitação com um fogo para edifício de habitação com três fogos, sito na Av. Marginal, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 2976 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3692, apresentado por CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1º andar direito, no concelho de Lisboa, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, com o NIF 197402119, residente na Rua Marques de Pombal, n.º 92, 1º, no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 210756608, residente na Rua Luís de Camões, n.º 45-B, R/C direito, no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, residente na Rua das Figueiras, n.º 26, 1º F no lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 160571545, residente na Rua Diogo Cão, n.º 1, 12º andar direito, Portela, no concelho de Loures, da Autorização**

de Utilização dos Recursos Hídricos – Ocupação temporária para a construção, alteração e implantação de instalações, fixas ou desmontáveis, n.º L.008818.2014.RH4, com início em 2014/07/06, válida até 2015/07/06, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, bem como do parecer técnico datado de 2015/04/24, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1846/14, DATADO DE 02/12/2014 – PC N.º 285/14, DATADO DE 08/08/2014 – CHRISTOPHE VINDEIRINHO**

343 - Presente pedido com o registo n.º 1846/14, datado de 02/12/2014 relativo a **alteração de frações destinadas a comércio para garagens e arrumos**, no prédio sito na rua Diogo Stephens, n.º 40, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.660 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.251, da freguesia e concelho da Marinha Grande, relativo às frações A, AB, AC, AD, AE, AF, AG, AH, AI, AJ, AK, AL, AM AN e AO, todas no piso cave do edifício, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 285/14, com data de entrada de 08/08/2014, apresentado por **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF 221177752, residente na avenida Marquês de Pombal, n.º 12, 3º Dto, Leiria;

Presente informação técnica, datada de 22/05/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **alteração de frações destinadas a comércio para garagens e arrumos**, no prédio sito na rua Diogo Stephens, n.º 40, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.660 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.251, da freguesia e concelho da Marinha Grande, relativo às frações A, AB, AC, AD, AE, AF, AG, AH, AI, AJ, AK, AL, AM AN e AO, todas no piso cave do edifício, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 285/14, com data de entrada de 08/08/2014, apresentado por **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF 221177752, residente na avenida Marquês de Pombal, n.º 12, 3º Dto, Leiria.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N. 611/15, DATADO DE 04/05/2015 – PC N.º 56/15, DATADO DE 02/03/2015 – ANA MARGARIDA RIBEIRETE FERNANDES**

344 - Presente requerimento n.º 611/15, datado de 2015/05/04, constante do processo camarário n.º 56/15, subscrito por ANA MARGARIDA RIBEIRETE FERNANDES, com o NIF 233573305, residente na Travessa da Fonte Helena, n.º 21, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre três prédios sitos na Rua das Samouqueiras, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 1.942, 7.841 e 7.842, inscritos na matriz predial rústica sob o artigo número 2648, e nas matriz predial urbana sob os artigos número 923 e número 1.942, respetivamente, todos da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/05/11, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/04/17, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre três prédios sitos na Rua das Samouqueiras, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 1.942, 7.841 e 7.842, inscritos na matriz predial rústica sob o artigo número 2648, e nas matriz predial urbana sob os artigos número 923 e número 1.942, respetivamente, todos da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 56/15, com data de entrada em 2015/03/02, apresentado por ANA MARGARIDA RIBEIRETE**



FERNANDES, com o NIF 233573305, residente na Travessa da Fonte Helena, n.º 21, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total dos prédios confinantes com a Rua das Samouqueiras, com a dimensão de 2,25m, afastado 3,25m do seu eixo, em calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05x0,05m, após a execução de uma base em *“tout-venant”* com 0,15m de espessura, sendo o lancil em betão com as dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base).
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 372/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 19/11, DATADO DE 20/01/2011 – CELSO DA SILVA MACHADO**

345 - Presente requerimento n.º 372/15, datado de 2015/03/20, constante do processo camarário n.º 19/11, subscrito por **CELSO DA SILVA MACHADO**, com o NIF 210408227, residente na Estrada da Nazaré, n.º 206, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 1.º de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.888 e omissa na matriz. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/04/29, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/05/12, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento das alterações à obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 1.º de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.888 e omissa na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

matriz, com o número de processo 19/11, com data de entrada em 2011/01/20, apresentado por CELSO DA SILVA MACHADO, com o NIF 210408227, residente na Estrada da Nazaré, n.º 206, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 651/15, DATADO DE 12/05/2015 – PC N.º 431/11, DATADO DE 21/11/2011 – PAULO JORGE ALVES PIRES**

346 - Presente pedido com o registo n.º 651/15, datado de 12/05/2015 relativo a **legalização de alterações efetuadas em edifício misto a sujeitar ao regime de propriedade horizontal**, sito na Rua dos Fundadores, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.795 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.804-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 431/11, com data de entrada de 21/11/2011, apresentado por **PAULO JORGE ALVES PIRES**, com o NIF 114069247, residente na Rua dos Fundadores, n.º 8, R/C, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 30/10/2014, tendo sido igualmente deferida nessa mesma reunião de Câmara a emissão da certidão de propriedade horizontal;

Presente informação técnica, datada de 05/05/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 25/05/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas em edifício misto a sujeitar ao regime de propriedade horizontal, sito na Rua dos Fundadores, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.795 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.804-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 431/11, com data de entrada de 21/11/2011, apresentado por PAULO JORGE ALVES PIRES, com o NIF 114069247, residente na Rua dos Fundadores, n.º 8, R/C, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, dado tratar-se de um processo de legalização de obras já executadas**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N. 510/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º119/13, DATADO DE 24/04/2013 – ANTÓNIO JOSÉ DUARTE SOUSA**

347 - Presente pedido com o registo n.º 510/15, datado de 16/04/2015, relativo a **alterações a estabelecimento de venda de refeições para fora e churrasqueira - “O Frangote”**, sito na Rua da Embra, n.º 54, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 838 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13.225, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 119/13, com data de entrada de 24/04/2013, apresentado por **ANTÓNIO JOSÉ DUARTE SOUSA**, com o NIF 160 339 936, residente na Rua da Embra n.º 54, R/C Dto, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 06/09/2013;

Presente informação técnica, datada de 11/05/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 25/05/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a estabelecimento de venda de refeições para fora e churrasqueira - “O Frangote”, sito na Rua da Embra, n.º 54, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 838 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13.225, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 119/13, com data de entrada de 24/04/2013, apresentado por **ANTÓNIO JOSÉ DUARTE SOUSA**, com o NIF 160 339 936, residente na Rua da Embra n.º 54, R/C Dto, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 386/15, DATADO DE 23/03/2015 – PC N.º 81/15, DATADO DE 23/03/2015 – IBEROALPLA PORTUGAL-EMB.PLASTICAS UNIPessoal,LDA.

348 - Presente pedido com o registo n.º 386/15, datado de 23/03/2015, a que corresponde o processo camarário número 81/15, datado de 23/03/2015 relativo ao pedido de licenciamento de obras de urbanização – rede de drenagem de água pluviais, apresentado por IBEROALPLA PORTUGAL-EMB.PLASTICAS UNIPessoal,LDA., com o NIPC 503297208, com sede em Estrada da Nazaré, n.º 224, freguesia e concelho da Marinha Grande, a levar a efeito na Rua do Tecelão, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 11/05/2015, que atesta encontrar-se o projeto relativo às obras de urbanização pretendidas, devidamente elaborado e em condições de merecer deferimento.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização – rede de drenagem de águas pluviais, apresentado por IBEROALPLA PORTUGAL-EMB.PLASTICAS UNIPessoal,LDA., com o NIPC 503297208, com sede em Estrada da Nazaré, n.º 224, freguesia e concelho da Marinha Grande, a levar a efeito na Rua do Tecelão, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, no valor de 18.517,00 € (dezoito mil, quinhentos e dezassete euros);

4.- Deverão comunicar o início dos trabalhos aos serviços camarários competentes, para o devido acompanhamento dos trabalhos de ligação à conduta de drenagem de águas pluviais;

5 - Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 516/15, DATADO DE 17/04/2015 – PC N.º 37/14, DATADO DE 07/02/2014 – FERNANDO DA CONCEIÇÃO DUARTE**

349 - Presente pedido com o registo n.º 516/15, datado de 17/04/2015 relativo a licenciamento de alterações e legalização de alterações em edifício misto, sito na Rua Náufragos do Salsinha, n.º5, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 916 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.624, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 37/14, com data de entrada de 07/02/2014, apresentado por **FERNANDO DA CONCEIÇÃO DUARTE**, com o NIF 134 713 753, residente na Rua José Loureiro Botas, n.º 1, Praia da Vieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 20/03/2014;

Presente informação técnica, datada de 05/05/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 25/05/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações e legalização de alterações em edifício misto, sito na Rua Náufragos do Salsinha, n.º5, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 916 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.624, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 37/14, com data de entrada de 07/02/2014, apresentado por **FERNANDO DA CONCEIÇÃO DUARTE**, com o NIF

**134 713 753, residente na Rua José Loureiro Botas, n.º 1, Praia da Vieira, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, por se verificar a existência de legalização de obras já realizadas.**

**4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**5 – Nos termos do artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 411/15, DATADO DE 26/03/2015 – PC N.º 34/15, DATADO DE 03/02/2015 – BELMIRA GANDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO e MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA**

350 - Presentes requerimentos n.º 146/15 e n.º 411/15, registados em 2015/02/03 e 2015/03/26, respetivamente, a que corresponde o processo camarário n.º 34/15, datado de 03/02/2015, referentes a um pedido de **licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação da moradia**, sita na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 36, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio misto com 1.641,6 m2, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 4686 e n.º 9256 (parte) e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 18. 862, apresentado por **BELMIRA GANDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO**, com o NIF 121324109, residente na Rua Professor Aires de Sousa, n.º 6 –4º B, freguesia de Lumiar-Telheiras, e por **MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA**, com o NIF 128504447, residente na Rua Avelar Brotero, n.º 42/42 A, Loures, na Associação Luís Pereira da Mota.

Presente parecer técnico datado de 2015/04/02, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido formulado pelos requerimentos n.º 146/15 e n.º 411/15, registado em 2015/02/03 e 2015/03/26, respetivamente, com processo n.º 34/15, para o licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 36, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio misto com 1.641,6 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 4.686 e n.º 9.256 (parte) e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 18862, apresentado por BELMIRA GANDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO, com o NIF 121324109, residente na Rua Professor Aires de Sousa, n.º 6 – 4.º B, freguesia de Lumiar-Telheiras, e por MARIA ADELINA FERREIRA GANDARA, com o NIF 128504447, residente na Rua Avelar Brotero, n.º 42/42 A, Loures, na Associação Luís Pereira da Mota, bem como o parecer técnico datado de 2015/04/02, a Câmara Municipal delibera notificar as requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, por o projeto violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

1- Os compartimentos habitáveis constantes da ampliação (sala e quarto) apresentam vãos de iluminação e ventilação cuja área total é inferior a um décimo da área do compartimento, em desconformidade com o disposto no artigo 71.º n.º 1 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951, na sua redação atual;

2- O projeto de arquitetura prever uma cobertura com telha em chapa de fibrocimento sendo que a “telha de fibrocimento” contém fibras de amianto, substância proibida pelo n.º 16.I do anexo I do Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de agosto, na redação do Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho.

Delibera ainda informar as requerentes que os elementos apresentados pelo requerimento n.º 411/15, registado em 2015/03/26, na sequência da notificação às interessadas, em sede de saneamento e apreciação liminar, pelo ofício n.º 172/15, datado de 2015/02/26, com receção ocorrida em 2015/02/27, não vieram sanar as deficiências dos seguintes elementos:

a) Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto que ateste a compatibilidade entre os projetos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro;

b) Planta cotada;

c) Adequação do conteúdo dos diversos elementos que integram o projeto de arquitetura – ficha estatística, memória descritiva, elementos gráficos.

d) Não é feita a menção do número do processo camarário referente à construção do anexo (garagem), bem como o número do processo camarário referente à alteração da moradia licenciada pelo processo camarário n.º PC n.º 1069/1960 - moradia T2, com 57 m2, em nome de António da Silva Cardoso, e o PC n.º 545/81 - ampliação do quarto da moradia sobre a varanda, em nome de José da Silva Faria, bem como outros elementos que possibilitem a sua referência por parte dos serviços municipais, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 64.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande. Nos termos da alínea b) do mesmo artigo, quando estiverem em causa construções ilegais, deverão ser apresentados desenhos do existente, de sobreposição e da situação atual, devendo em simultâneo ser legalizado o edifício na sua totalidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 1828/12, DATADO DE 09/11/2012 – PC N.º 205/12, DATADO DE 19/07/2012  
– MANUEL DOMINGUES DAS NEVES**

351 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1828/12, datado de 2012/11/09, constante do processo camarário n.º 205/12, inerente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da ampliação de moradia”* existente, localizada num prédio urbano sito no n.º 9 da Rua do Pontão, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.402 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.572 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por **MANUEL DOMINGUES DAS NEVES**, com o NIF 122815149, com residência na Rua da Manilharte, n.º 16, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/05/07, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da ampliação de moradia”* existente, localizada num prédio urbano sito na Rua do Pontão, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.402 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.572 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 205/12, com data de entrada em 2012/07/19, apresentado por **MANUEL DOMINGUES DAS NEVES**, com o NIF 122815149, com residência na Rua da Manilharte, n.º 16, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2015/05/07, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o



**Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:**

- a) N.º 1 do art. 84.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, quanto ao equipamento mínimo para instalação sanitária, ao não dispor de banheira;
- b) O n.º 18 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, sendo as “telhas de fibrocimento”, um material que contém fibras de amianto, substância proibida pelo referido diploma legal;
- c) Não assegurar a previsão de passeio nos termos do disposto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, com a promoção do recuo do muro e a construção de um passeio com uma largura média de 1,20m ao longo da propriedade contígua à Rua do Pontão;
- d) Alínea *a)* do n.º 1 e alíneas *a)* e *b)* do n.º 3 do do N.º 11 da Portaria n.º 232/2008, de 11/03, quanto aos elementos instrutórios em falta, comunicados pelos ofícios n.º 676/2012, de 02/08 e n.º 866/2012, de 02/10, designadamente:
  - Apresentação de plano de acessibilidade contendo a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como a solução de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada nos termos do disposto no art. 56.º do RMEUMMG e Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, que define as “Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada”, nomeadamente para os compartimentos objeto de alterações, especificados na secção 3.3.7. do referido diploma legal.
  - Fotografia do imóvel, nos termos do disposto na alínea *i)* do n.º 1 do art. 63.º do RMEUMMG, incidindo sobre a obra objeto de legalização;
  - Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, nomeadamente linhas de água e infraestruturas.
  - Planta à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, nos termos do disposto na alínea *b)* do n.º 3 do N.º 11 da Portaria n.º 232/2008, de 11/03.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

**14 - REQ. N. 816/14, DATADO DE 03/06/2014 – PC N.º 189/14, DATADO DE 03/06/2014 – CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA**

352 - Presente requerimento n.º 816/14, datado de 2014/06/03, constante do processo camarário n.º 189/14, subscrito por **CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA**, com o NIF 133934802, residente na Rua do Mirante, n.º 21, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da “Construção de um muro de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.719 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 555.

Presente deliberação camarária datada de 2015/04/02, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/05/22, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

**Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento da “Construção de um muro de vedação”, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.719 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 555, apresentado por CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA, com o NIF 133934802, residente na Rua do Mirante, n.º 21, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, designadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Alvará de Loteamento n.º 11/1980, de 13 de outubro de 1980, emitido em nome de Manuel de Oliveira e outro, ao propor a edificação de um muro de vedação em prédio urbano sobreposto parcialmente à área pertencente ao Lote n.º 2 constituído pelo referido alvará.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - E/2677/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA**

353 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/2677/2015, datado de 25/03/2015, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura de vala em numa extensão e 18,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Rua da Boavista, n.º 19, Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 27/04/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 18,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, a levar a cabo em **Rua da Boavista, n.º 19, Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.
- d) Deverão promover a suspensão dos trabalhos entre os dias 1 de julho e 31 de agosto, promovendo a desobstrução da via pública, em cumprimento ao disposto no artigo 94.º do RMEUMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **16 - E/1707/2015 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIARIOS DE GAS NATURAL**

354 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1707/2015, datado de 25/03/2015, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 5,00 metros de betuminoso e 2,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais

Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Augusto Costa, n.º 26 de Rua Machado Santos, n.º 43-45**, ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 13/03/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 5,00 metros de betuminoso e 2,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Augusto Costa, n.º 26 de Rua Machado Santos, n.º 43-45**, ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - REQ. N. 352/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 104/06, DATADO DE 15/02/2006 – CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO**

355 - Presente requerimento n.º 352/15, datado de 17/03/2015, apresentado por **CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO**, com o NIF 132136325, com morada na Rua Carlos Jesus Vareda, n.º 41, freguesia e concelho de Marinha Grande, titular do processo de licenciamento com o n.º 104/06, respeitante a alteração e ampliação de edifício destinado a armazém para endurecedores de pavimentos e revestimentos, aprovado com o condicionalismo de execução de obras de urbanização respeitantes à execução de passeios e quatro gares de estacionamento público, incidente sobre o prédio urbano localizado em Travessa dos Poços, n.º 5, lugar de Lamarão da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 4.306 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.447, da freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a receção provisória das infraestruturas realizadas e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e regular execução.

Presentes relatório técnico e auto de receção provisória, datados de 13/05/2015, que recaíram sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão do requerente, CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO, com o NIF 132136325, com morada na Rua Carlos Jesus Vareda, n.º 41, freguesia e concelho de Marinha Grande titular do processo de licenciamento com o n.º 104/06, respeitante a alteração e ampliação de edifício destinado a armazém para endurecedores de pavimentos e revestimentos, aprovado com o condicionalismo de execução de obras de urbanização respeitantes à execução de passeios e quatro gares de estacionamento público, incidente sobre o prédio urbano localizado em Travessa dos Poços, n.º 5, lugar de Lamarão da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 4.306 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.447, da freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a receção provisória das infraestruturas realizadas e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e regular execução e do relatório técnico e do auto de vistoria, datados de 13 de maio de 2015, que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas realizadas, designadamente execução e passeio e quatro gares de estacionamento público, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude de se ter verificado que as mesmas se encontram executadas de acordo com as telas finais entregues e em consonância com as obras executadas no âmbito da empreitada de obras públicas denominada “Beneficiação da Travessa da Rua dos Poços – Concurso Público n.º 06/07”;
2. LIBERTAR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, o valor de 3.393,90 € (três mil trezentos e noventa e três euros e noventa centimos), correspondente a 90% da caução prestada para garantir a boa e regular execução das infraestruturas referentes à execução de passeios e quatro gare de estacionamento público, mediante garantia bancária n.º 343 796, do Banco Espírito Santo, S.A., datada de 28 de agosto de 2008, no montante inicial de 3.771,00€ (três mil setecentos e setenta e um euros), ficando retidos 10% do valor inicial até à receção definitiva das obras de urbanização, ou seja, 377,10€ (trezentos e setenta e sete euros e dez centimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - REQ. N. 315/15, DATADO DE 11/03/2015 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE**

356 - Presentes alegações escritas, datadas de 11-03-2015, com o número de registo de entrada n.º 315/15, apresentadas, em sede de audiência prévia, por Sporting Clube Marinhense, NIPC 501150544, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, na sequência da notificação da deliberação que aprovou o projeto de declaração de caducidade da licença respeitante ao processo de construção n.º 286/11, tomado em reunião camarária de 19-02-2015.

Considerando que:

- Sporting Clube Marinhense, NIPC 501150544, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, na sequência da notificação da deliberação que aprovou o projeto de declaração de caducidade da licença respeitante ao processo de construção n.º 286/11, tomado em reunião camarária de 19-02-2015, apresentou em 11-03-2015 as suas alegações escritas, em sede de audiência prévia;
- Nas citadas alegações a interessada refere que é uma associação que depende financeiramente das quotizações e da boa vontade dos seus associados, das verbas providas de diversas atividades realizadas ao longo do tempo, bem como de donativos de instituições do concelho;
- A dita associação tem atravessado sérias dificuldades financeiras ao longo dos últimos anos;
- O pedido de licenciamento da obra para instalação de um estabelecimento de bebidas no seu edifício, sito na morada acima identificada, correspondente ao processo de licenciamento n.º 286/11, assentou no pressuposto de o espaço poder vir a ser explorado por terceiros, trazendo, dessa forma, receitas adicionais para a associação;
- O decurso do tempo demonstrou que essa situação só se concretizaria se houvesse um investimento adicional, o que não ocorreu por falta de recursos financeiros;
- Todos os factos relatados constituíram um obstáculo à apresentação do pedido de emissão do respetivo alvará, por parte da interessada;
- Apesar de todas essas vicissitudes a alegante mantém o interesse na licença em causa, tendo solicitado a concessão do prazo de 15 dias para requerer a emissão do respetivo alvará de licença de construção;

**A Câmara Municipal, sensível às dificuldades que este tipo de associações enfrenta, no contexto de recessão económica do país, mas consciente da importância das mesmas no fomento da atividade desportiva no concelho, delibera, face às razões apresentadas em sede de audiência prévia, nomeadamente as dificuldades financeiras que a interessada tem atravessado, não declarar a caducidade da licença concedida em reunião camarária de 12-12-2013, a Sporting Clube Marinhense, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo n.º 286/11, para instalação de um estabelecimento de bebidas no edifício, sito na mesma morada, por considerar que a construção do dito estabelecimento contribuirá para o reforço financeiro da associação, permitindo, deste modo, que a mesma prossiga os fins para que foi constituída.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - REQ. N. 316/15, DATADO DE 11/03/2015 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE**

357 - Presente pedido com registo de entrada n.º 316/15, datado de 11-03-2015, apresentado por Sporting Clube Marinhense, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, lugar de Embra,

freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção do pagamento das taxas devidas pela realização da operação urbanística respeitante ao processo de licenciamento n.º 286/11.

Presente escritura pública, datada de 19-09-2008, e respetivo documento complementar, que procedeu à alteração dos estatutos da requerente.

Considerando que :

- Pelo requerimento n.º 316/15, datado de 11-03-2015, Sporting Clube Marinhense”, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitou a isenção do pagamento das taxas devidas pela realização da operação urbanística respeitante ao processo de licenciamento n.º 286/11;
- A dita obra se destina à instalação de um estabelecimento de bebidas na sua sede;
- A exploração do referido estabelecimento tem em vista a angariação de receitas adicionais para fazer face às dificuldades económicas que atravessa;
- A interessada é uma entidade legalmente constituída – Cfr. escritura pública, datada de 19-09-2008, e respetivo documento complementar, referentes à alteração dos estatutos da dita associação
- A requerente tem como objeto “o desporto, a educação física, cultura e recreio; promoção e desenvolvimento de programas culturais e desportivos para a terceira idade, desenvolvimento de formação desportiva e profissional para ativos e não ativos.” – artigo 4.º dos mencionados estatutos;
- A importância da dita associação na formação de jovens atletas em diversas modalidades desportivas;
- A alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande permite que haja lugar à isenção ou a redução em 50% do pagamento de taxas, por parte de associações desportivas, culturais e recreativas legalmente constituídas, referentes às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;

**Delibera, ao abrigo da já citada alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, isentar, a associação denominada “Sporting Clube Marinhense”, com o NIPC 501150544, com sede em Rua de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no ponto 6.2, alíneas i) e ii) do Quadro VI e no ponto 4.3 do Quadro IX, ambos do Anexo I do mesmo Regulamento, no valor de 211,15€ (duzentos e onze euros e quinze cêntimos), devidas pelo licenciamento das obras de construção de um estabelecimento de bebidas, sito na mesma morada, destinado a angariar, no contexto de grandes dificuldades económicas que a mesma atravessa, receitas adicionais necessárias ao prosseguimento dos fins para os quais foi constituída.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - REQ. N. 649/15, DATADO DE 12/05/2015 – PC N.º 410/14 , DATADO DE 18/11/2014 – PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS**

358 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 649/15, datado de 12/05/2015, apresentado por **PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS**, com o NIF 215294491, com morada em Rua do Fagundo, n.º 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de ampliação, licenciadas no âmbito do processo camarário número 297/11, e de obras de alteração licenciadas (legalizadas) no âmbito do processo camarário número 410/14, tituladas pelo alvará de obras de ampliação n.º 104/12, emitido em 30/10/2012, e pelo Alvará de Obras de Alteração n.º 23/15, emitido em 17/04/2015, respetivamente.

Presentes pareceres técnico datados de 04/05/2015 e de 18/05/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e as referidas informações e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Fagundo, n.º 6, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS, com o NIF 215294491, com morada em Rua do Fagundo, n.º 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - EMISSÃO DE PARECER – OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO COM INSTALAÇÃO DE APOIO DE PRAIA MÍNIMO NA PRAIA DA VIEIRA, PARA A ÉPOCA BALNEAR DE 2015.**



359 - Presente solicitação da Administração da Região Hidrográfica do Centro, adiante ARHC, recebida via electrónica, relativa à emissão de parecer, por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande, respeitante à ocupação temporária do domínio público marítimo com a instalação de um apoio de praia mínimo, durante a época balnear 2015, na Praia da Vieira, por Sérgio Carqueijeiro.

Presente cópia da licença de utilização dos recursos hídricos – ocupação do DPH por apoio de praia, emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. ao interessado, Sérgio José Estevães Carqueijeiro, para a época balnear de 2014, a autorizar a instalação de um APM, na Praia da Vieira, de 15 de junho a 15 de setembro.

Presente informação técnica com a referência I.A. 09/2015, registo na gestão documental I/691/2015, de 22 de maio, que avalia a pretensão do interessado face ao Regulamento do POOC OMG e época balnear definida para o concelho da Marinha Grande para 2015.

**Analisados os elementos presentes, nomeadamente solicitação da ARHC e informação técnica elaborada, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que se anexa (Anexo 1), a Câmara Municipal delibera emitir parecer favorável condicionado à instalação do apoio de praia mínimo, adiante APM, numa localização definida no plano de praia da Praia da Vieira, elemento que integra o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande, adiante POOC OMG, e que se encontra vago, na época balnear 2015, devendo:**

- Na atribuição da concessão serem devidamente salvaguardadas as questões relativas ao licenciamento da pretensão, de acordo com o Regulamento do POOC O-MG em vigor;
- Ser garantida, numa fase inicial do licenciamento do APM, a avaliação da viabilidade deste pedido, junto da entidade competente pelo fornecimento de energia elétrica, se o requerente pretender garantir a instalação desta rede;
- A instalação do apoio de praia respeitar as condições existentes no plano de praia com vista à salvaguarda da integridade de pessoas e bens;
- A instalação do apoio de praia respeitar a época balnear definida para o concelho da Marinha Grande, que decorre de 15 de junho a 15 de setembro.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

360 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias-Capela da Moita, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização da festa em honra de S. Silvestre nos dias 26,27,28 e 29 de junho de 2015;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande-Capela da Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da festa em honra de Nossa Senhora de Fátima nos dias 4 e 5 de julho de 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande – Igreja de Picassinós, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da festa em honra de Santo António nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2015;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento.

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização da Caravana da amizade no dia 10 de junho de 2015;
- Licença especial de ruído para realização de noites dançantes nos dias 12 de junho, 3 e 10 de julho de 2015;
- Licença especial de ruído para realização de noite de Karaoke no dia 20 de junho de 2015;
- Licença especial de ruído para realização de festa de arraial nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015.

A Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do festival de música no dia 4 de julho de 2015;
- Publicidade alusiva ao evento.

A ACAMG-Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

- Licença especial de ruído para realização das marchas populares nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2015;
- Publicidade alusiva ao evento.

A SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do 3º Sunset Trail, a realizar dia 11 de julho de 2015;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 30/AF, 31/AF, 32/AF, 33/AF, 34/AF, 35/AF e 36/AF de 25 de maio de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias-Capela da Moita, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande-Capela da Albergaria, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande – Igreja de Picassinós, o Sport Império Marinhense, a Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, a ACAMG-Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande, a SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das licenças de instalação e funcionamento de recintos improvisados, das autorizações para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças de publicidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2015.**

361 - O mapa de pessoal, enquanto ferramenta de gestão dos recursos humanos, é um instrumento que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para desenvolvimento das respetivas atividades.

De acordo com o artigo 29.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os postos de trabalho são caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, das área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal.

Na sua sessão de 27 de fevereiro do corrente, o órgão deliberativo aprovou a 1.ª alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2015, de forma a prever a habilitação adequada ao dirigente nomeado em regime de substituição no cargo de Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na sequência da cessação da comissão de serviço do Dr. Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves, então dirigente desta unidade orgânica.

Aquando da 1.ª alteração ao mapa de pessoal, apenas foi considerada esta adequação e não foi formalizada a constituição de posto de trabalho para o dirigente cessante, na medida em que não estavam ainda reunidas todas as condições para definir a afetação do trabalhador, concretamente se ficaria afeto à Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, ou se por ventura, seria uma mais-valia no desenvolvimento de outras atividades foram do âmbito da divisão que havia liderado. Volvidos dois meses, e estando já consolidado que o trabalhador permanecerá na divisão, importa criar o posto de trabalho e definir a sua descrição, para que posteriormente o mesmo seja afeto a essas funções mediante despacho do dirigente máximo do serviço, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 2 alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, e artigo 8.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande.

#### **Posto de trabalho n.º 69-A**

Preparar, desenvolver e acompanhar os procedimentos concursais para aquisição de bens e serviços da área da atuação da divisão e realizar o respetivo controlo e monitorização da execução; desencadear, desenvolver e acompanhar/monitorizar os procedimentos relacionados com os contratos de inserção nas áreas da educação, desporto, juventude e tempos livres (Colónias de Férias); preparar, coordenar e acompanhar a realização das

Colónias de Férias em São Pedro de Moel, desencadeando todos os processos necessários à sua concretização e controlar a sua execução; preparar, coordenar, acompanhar e monitorizar os processos de fornecimento da alimentação nas cantinas escolares da responsabilidade da autarquia, e respetivas prestações de serviços; preparar, coordenar, acompanhar e monitorizar o programa de desenvolvimento da componente de apoio à família bem como outras ações/atividades de âmbito escolar e respetivas prestações de serviço; colaborar no âmbito da ação social escolar; coordenar, acompanhar e monitorizar os processos de aquisição e fornecimento de gás natural e de garrafa no âmbito da educação; preparar, programar e realizar iniciativas direcionadas para a comunidade escolar e desportiva; instruir processos relacionados com pedidos de apoio logístico e financeiro nas diversas áreas de atuação da divisão e controlar a execução dos mesmos nos termos em que forem acordados.

A par desta realidade e considerando que as necessidades de recursos humanos são cada vez mais mutáveis, importa também prever a criação de mais um posto de trabalho na Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de forma a reforçar a qualidade do serviço prestado e a garantir uma resposta mais célere. Com a criação deste posto de trabalho ficarão reunidas as condições formais necessárias à afetação, mediante despacho, do trabalhador Antero José Soares Faria a esta unidade orgânica sendo, consequentemente, suprimido o posto de trabalho n.º 61, na Divisão de Ordenamento do Território, ao qual está adstrito.

#### **Posto de trabalho n.º 105-A**

Fiscalizar e acompanhar obras municipais, quer por empreitada, quer por administração direta; efetuar medições e determinar as quantidades de materiais para orçamentação de ramais domiciliários de distribuição de água, de acordo com o regulamento e normas técnicas aplicáveis; colaborar e participar na realização de verificações extraordinárias, por solicitação da DAM; recolher, validar e remeter as telas finais das obras municipais realizadas, quer por empreitada, quer por administração direta, para a DOT/ GSIG; realizar ainda outros trabalhos enquadrados na missão da DISU.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e os artigos 33.º, n.º 1 alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2015, em anexo (Anexo 4).**

**Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**24 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA PROCESSO DE SELEÇÃO TENDENTE À ESCOLHA DE NOVO TITULAR PARA O CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.**

362 - O lugar de dirigente intermédio de 2.º grau – Chefe de Divisão, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, encontra-se atualmente provido em regime de substituição, na sequência da cessação da comissão de serviço do então dirigente Dr. Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves.

Em cumprimento da lei, urge por isso reunir todos os pressupostos atinentes à abertura do processo de seleção destinado à escolha de novo titular para o cargo, e consequente nomeação em comissão de serviço, onde se enquadra a designação do júri de recrutamento.

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, o júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um presidente e dois vogais.

Nos termos da lei, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. Os vogais, são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica (n.ºs 2 e 3 do citado artigo 13.º).

De forma a encetar todos os procedimentos inerentes à nomeação do júri pela Assembleia Municipal, solicitámos a colaboração do Instituto Politécnico de Leiria e da Câmara Municipal de Leiria, na designação de personalidades que cumpram com os requisitos legalmente impostos, para que façam parte do júri dos procedimentos de recrutamento destinados à escolha de titular de cargo dirigente.

Reunidos que estão todos os pressupostos essenciais à composição do júri propõe-se, nos termos do disposto na k) do n.º 2 do artigo 25.º, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que **a Câmara Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, para designação, do júri de recrutamento do Processo de seleção destinado à escolha de titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento:**

***Presidente* – Sr. Doutor Eugénio Pereira Lucas, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;**  
***Vogais* – Sr. Dr. Paulo Manuel Ferreira Guarda Felício, Chefe da Divisão de Juventude, Educação e Biblioteca da Câmara Municipal de Leiria, e Sr.ª Dr.ª Sandra Maria Felizardo de Oliveira e Paiva Cunha da Cruz, Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação desta Câmara Municipal.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado.**

**O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Muito embora a constituição do júri não se nos ofereça nenhuma dúvida ou crítica, por se tratar da sequência de um outro ato em que se definiu o perfil das pessoas admitidas a concurso na forma limitadora, ajustada a perfil da pessoa que ocupa o lugar em regime de substituição, não pondo em causa as qualificações e competência da pessoa, votamos contra."*

**O Sr. Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votei favoravelmente a proposta de designação do júri precisamente porque é esse o facto, a constituição do júri, que obedece à lei e não ao perfil de possíveis concorrentes, não sendo isso que está em causa."*

## **25 - PROCESSO DISCIPLINAR. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL.**

363 - Presente requerimento apresentado pelo instrutor do processo disciplinar instaurado à trabalhadora Dulce Bonita, no qual é solicitada a prorrogação do prazo para a elaboração do relatório final por um período de dez dias úteis.

Considerando que a entidade competente para a decisão pode, quando a complexidade do processo o exija, prorrogar o prazo fixado para a elaboração do relatório final até ao limite total de 20 dias, de acordo com o artigo 54.º, n.º 2, do Estatuto Disciplinar, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro (mantido no artigo 219.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

Considerando que o processo disciplinar em causa revela uma elevada complexidade, aferida em função da sua extensão e da natureza dos factos nele em apreciação.

**A Câmara Municipal delibera prorrogar o prazo para a elaboração do relatório final no âmbito do processo disciplinar instaurado à trabalhadora Dulce Bonita por um período adicional de dez dias úteis, de acordo com o artigo 54.º, n.º 2, do Estatuto Disciplinar, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro (mantido no artigo 219.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **26 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**

Antes da votação, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** colocou algumas questões relativas à iniciativa da celebração deste contrato e das eventuais necessidades das outras duas Juntas de Freguesia do concelho.

O **Sr. Vice-Presidente** esclareceu que o contrato em apreciação resultou das conversações entre as duas partes, e que a si, enquanto Vereador, não lhe chegou qualquer solicitação das outras duas Juntas de Freguesia.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:**

364 - Presente minuta de contrato interadministrativo, a celebrar com a Freguesia da Marinha Grande, cujo conteúdo se dá por reproduzido e que fica em anexo (**Anexo 2**).

Considerando que:

- a) O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, admite a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas (artigo 131.º);
- b) A delegação de competências em matéria de transportes e comunicações visa a promoção da coesão territorial, em conformidade com o estabelecido no artigo 118.º, do RJAL;
- c) A presente delegação não desrespeita a intangibilidade das atribuições autárquicas, pelo que é admissível à luz do artigo 119.º, do RJAL;
- d) Se justifica a delegação de competência em matéria de conservação de arruamentos integrados na rede viária de âmbito municipal e que estão preenchidos todos os requisitos enunciados no n.º 3, do artigo 115.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- e) A proposta de delegação de competência foi previamente discutida e negociada com a Freguesia da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea m) e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Aprovar a proposta de Contrato Interadministrativo que tem por objeto a delegação de competência em matéria de conservação de arruamentos integrados na rede viária de âmbito municipal na Freguesia da Marinha Grande, que se dá por reproduzida;
- b) Solicitar autorização da Assembleia Municipal para a celebração do contrato a que se refere a alínea anterior.

Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação e da deliberação a tomar pela Assembleia Municipal a que se refere a alínea b) antecedente ao segundo dia útil subsequente à aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2015.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.



**27 - “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA - CP N.º 01/2009” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.**

365 - Presente informação da DISU com a ref.ª SMV/03/15, através da qual se propõe a aprovação da correção introduzida à revisão de preços da empreitada designada por “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA”, adjudicada à firma *CIVILVIAS, LDA*, no valor de 35.787,30€ (trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete euros e trinta centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, aprovada por deliberação de Câmara datada de 6 de junho de 2012.

Considerando a retificação devida, o valor da revisão de preços definitiva da empreitada designada por “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA” é 35.812,91€ (trinta e cinco mil, oitocentos e doze euros e noventa e um centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Assim, apreciada a informação com a ref.ª SMV/03/15, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços definitiva, no valor de 35.812,91€ (trinta e cinco mil, oitocentos e doze euros e noventa e um centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA”, adjudicada à firma “CIVILVIAS - Construção e Vias, Lda, LDA”, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro, havendo lugar ao pagamento de 25,61€ (vinte e cinco euros e sessenta e um centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre o valor da revisão de preços ora calculado e o valor da revisão de preços aprovado por deliberação de Câmara datada de 6 de junho de 2012.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - RECEPÇÃO DEFINITIVA – RETIFICAÇÃO**

366 - Através de deliberação de dois de abril de dois mil e quinze foram recebidas definitivamente as obras de:

- Construção do Centro Empresarial da Marinha Grande - 2ª fase – Concurso Público n.º 01/2006,
  - Execução de infraestruturas elétricas e de AVAC no Centro Empresarial da Marinha Grande – Concurso Público n.º 11/2007;
- adjudicadas à empresa Telhabel Construções, SA.

Porém, na designação do tipo de procedimento, por lapso dos serviços foi referido tratar-se de concursos limitados.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 174.º, do Código do Procedimento Administrativo, retificar a deliberação camarária, de 02 de abril de 2015, nos seguintes termos:

onde se lê:

*“... Concurso Limitado...”*

deve ler-se:

*“... Concurso Público...”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2015/A/135 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015.**

367 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita à autorização prévia da Assembleia Municipal, no que respeita às entidades da administração local.

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DISU para a realização de procedimento de concurso público para a *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 5 anos, atenta requisição interna 17352 e informação SS.22.2015, cujo valor base do procedimento é de 2.303.528 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista dotação na ação 2015/A/135 do Plano de Atividades Municipais designada por “Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos” para a assunção desta despesa no ano de 2016 com o montante de 371.094,50 euros, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 com o montante anual de 535.000,00 euros e no ano de 2021 com o montante de 133.750,00 euros.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que “(...) *Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano(...).*”

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei do Orçamento de Estado de 2015 em 350.000 euros, nos termos do n.º 1 do art.º 145 do referido diploma legal.

Considerando que o procedimento de prestação de serviços de “Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande” pelo período de 5 anos, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, pelo que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014 não é aplicável a este procedimento.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da prestação de serviços de “Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”, para o período de 5 anos, até ao valor de 2.441.739,68 euros (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e trinta e nove euros e sessenta e oito cêntimos) para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e autorização para a abertura de procedimento considerando que o mesmo determina a assunção de encargos em mais de**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

um ano económico e em ano que não o da sua realização, em cumprimento do preceituado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO, MONITORES DE ATIVIDADES PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS E SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENE DA COLÓNIA AFONSO LOPES VIEIRA EM 2015”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

Antes da votação, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** solicitou alguns esclarecimentos. Questionou quais os critérios que levaram à escolha destas três entidades. No entanto, e porque só duas participam, perguntou qual a razão de não ter sido incluída a terceira. Referiu ainda que na proposta é mencionado que a verba é para monitorização e limpeza, no entanto só se referem monitores, por esse motivo questiona quem fará a limpeza. Perguntou ainda quanto é o preço/hora de cada monitor.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu, relativamente à última questão, que não é de fácil resposta, uma vez que o horário não é estanque, embora possa pedir aos serviços esta informação e tentar responder mais tarde. Relativamente à limpeza informou que é feita pela entidade a quem for adjudicada a prestação de serviços. No que respeita ao critério, disse que não houve, tal como noutros anos, pois são as entidades que mostram o seu interesse.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:**

368 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de

serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 17180/2015 e informação I/620/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação da *“Aquisição de serviços de monitores de grupo, monitores de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias e serviço de limpeza e higiene da colónia Afonso Lopes Vieira em 2015”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 19324 foi submetido a 25/05/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à entidade SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1 MAIO, NIPC 501 056 467 e SPORT OPERARIO MARINHENSE, NIPC 501 417 702 e que estas possuem a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Aquisição de serviços de monitores de grupo, monitores de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias e serviço de limpeza e higiene da colónia Afonso Lopes Vieira em 2015”*, nas classificações orgânica/económica 06/020220 e 06/020202, ação do PAM 2015/A/192, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 12.454 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para contratação da *“Aquisição de serviços de monitores de grupo, monitores de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias e serviço de limpeza e higiene da colónia Afonso Lopes Vieira em 2015”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Aquisição de serviços de monitores de grupo, monitores de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias e serviço de limpeza e higiene da colónia Afonso Lopes Vieira em 2015”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 19324 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Carlos Logrado** solicitou dispensa de intervir na apreciação e votação deste processo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos órgãos sociais da Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio.

**O Sr. Vice-Presidente** declarou o referido impedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

**31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ALUGUER DE RETROESCAVADORA (INCLUINDO MOTORISTA) E CAMIÃO PARA REPARAÇÃO DE ROTURAS NAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

369 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:



- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 17374/2015 e informação EM.08.2015, da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, onde se manifesta a necessidade da contratação da prestação de serviços de *“Aluguer de retroescavadora (incluindo motorista) e camião para reparação de roturas nas redes de abastecimento de água do concelho da Marinha Grande”*, para o período de 12 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 19331 foi submetido a 25/05/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa ECOFORTUNATO, LDA, NIPC 508 032 229 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da prestação de serviços de *“Aluguer de retroescavadora (incluindo motorista) e camião para reparação de roturas nas redes de abastecimento de água do concelho da Marinha Grande”*, para o período de 12 meses, na classificação orgânica/económica 07/020203, ação do PAM 2015/A/122, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 13.410,25 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Aluguer de retroescavadora (incluindo motorista) e camião para reparação de roturas nas redes de abastecimento de água do concelho da Marinha Grande”*, para o período de 12 meses.**

**A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 19331 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”*

**32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “REGULARIZAÇÃO DOS AREAIS DA PRAIA DE SÃO PEDRO DE MOEL E DA PRAIA DA VIEIRA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015**

370 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 17375/2015 e informação SS.23.2015, da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, onde se manifesta a necessidade da contratação da prestação de serviços de *“Regularização dos areais da praia de São Pedro de Moel e da praia da Vieira”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 19344 foi submetido a 25/05/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, SA., NIPC 502 874 074 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da prestação de serviços de *“Regularização dos areais da praia de São Pedro de Moel e da praia da Vieira”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, ação do PAM 2014/A/101, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 7.657,20 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para contratação da prestação de serviços de *“Regularização dos areais da praia de São Pedro de Moel e da praia da Vieira”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Regularização dos areais da praia de São Pedro de Moel e da praia da Vieira”*.**

**A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 19344 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

*“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”*

**33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

371 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;

- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

E atendendo a que,

A globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do**



**artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **34 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO BIENAL DAS RENDAS DOS BAIRROS SOCIAIS.**

372 - Presente informação n.º 649 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 18 de maio de 2015, referente à necessidade de se atualizar bienalmente as rendas dos fogos de habitação social.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, a fórmula de cálculo do valor da renda aplicada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, (Regime de Renda Apoiada) já revogado, era diferente daquela que é determinada pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro e, ao contrário desta última, deixava ao critério da entidade locadora, a implementação da uniformização dos regimes de renda vigentes para o regime de renda apoiada;

Considerando que a uniformização dos regimes de renda nunca chegou a ser aplicada pela entidade locadora;

Considerando que, com a entrada em vigor da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro nova lei, existe uma imposição implícita, no que toca à uniformização destes regimes de renda para o regime de arrendamento apoiado, como se pode constatar na alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º: *“Ao disposto na presente lei aplica-se, ainda, com as alterações e especificidades aos contratos existentes à data da sua entrada em vigor ao abrigo de regimes de arrendamento de fim social, nomeadamente de renda apoiada e de renda social.”*;

Considerando que, ao abrigo do artigo mencionado anteriormente, todas as rendas que não estavam abrangidas pelo regime de arrendamento apoiado até à data de entrada em vigor da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro terão que ser, obrigatoriamente, revistas à luz da nova Lei;

Considerando que, para além da necessidade de se ter que atualizar todas as rendas, anteriormente designadas por “rendas apoiadas”, uma vez que a fórmula de cálculo foi alterada existe, ainda, a necessidade de atualizar todas as outras que, com a aplicação da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, passaram também a ser abrangidas pelo referido diploma legal;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

Considerando que, a atualização das rendas anteriormente designadas por rendas apoiadas, atualmente rendas sob o regime do arrendamento apoiado, tem vindo a ser efetuada anualmente;

Considerando que, com a revogação do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, há que atualizar todas as rendas de habitação social do parque habitacional municipal;

Considerando que o número total de fogos pertença do Município, perfaz um total de 264 fogos;

Considerando que desses 264 fogos atualmente existem 20 que estão vagos, a necessitar de obras;

Considerando que, dos 244 fogos ocupados, 99 deles terão que ser atualizadas nos termos da nova Lei;

Considerando que, para além desses 99 fogos, cujas rendas terão agora que ser atualizadas há ainda que atualizar anualmente mais 145 rendas, cujo regime aplicado era o então designado regime de renda apoiada;

Considerando, o acréscimo substancial de trabalho que isso irá implicar;

Considerando que, o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, revogado pela atual Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, mais concretamente no n.º 1 do artigo 6.º já referia que: *“Para a determinação do valor da renda, os arrendatários devem declarar os respetivos rendimentos à entidade locadora, anual, bienal ou trienalmente conforme opção desta.”*

Considerando, por último que, com a entrada em vigor da nova Lei (81/2014, de 19 de dezembro), esta possibilidade mantém-se, uma vez que nos termos do n.º 3 do n.º 1 do artigo 23.º: *“ A reavaliação pelo senhorio das circunstâncias que determinam o valor da renda, realiza-se no mínimo, a cada três anos.”*

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, concordar com a atualização bienal das rendas dos bairros sociais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**35 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE AGOSTO DE 2015.**

373 - Presente informação n.º 680/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 21 de maio, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Rua da Charnequinha, Rua António Lopes, Rua do Bairro do Camarnal, Rua Júlio Braga Barros e Praceta da Liberdade.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

**A PARTIR DE AGOSTO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

| BLOCO | MORADOR               | FOGO        | DATA CONTRATO | RENTA/14 | RENTA/15 |
|-------|-----------------------|-------------|---------------|----------|----------|
| L     | Maria Orange Moiteiro | 2.º Esq.    | 28/07/2008    | 11,10€   | 10,97€   |
| M     | Maria Júlia R. Calado | 2.º Fte Dto | 01/08/2007    | 21,33€   | 14,47€   |

**Rua da Charnequinha**

| BLOCO | MORADOR                  | FOGO     | DATA CONTRATO | RENTA/14 | RENTA/15 |
|-------|--------------------------|----------|---------------|----------|----------|
| 44    | Fernanda Maria Frederico | 1.º Esq. | 30/07/2007    | 26,07€   | 26,49€   |

**Rua Professor Melo Vieira:**

**ATUALIZAÇÃO FASEADA**

**BLOCO 7**

| MORADOR             | FRAÇÃO  | DATA CONTRATO | RENTA/14 | RENTA/15 | RENTA/16 | RENTA/17 |
|---------------------|---------|---------------|----------|----------|----------|----------|
| Maria Arminda Norte | 3.º Dto | 31/07/2013    | 15,50€   | 40,56€   | 65,63€   | 90,69€   |

**BLOCO 9**

| MORADOR                   | FRAÇÃO    | DATA CONTRATO | RENTA/14 | RENTA/15 | RENTA/16 | RENTA/17 |
|---------------------------|-----------|---------------|----------|----------|----------|----------|
| Vera Patrícia N. Ferreira | 3.º Esq.º | 29/07/2014    | 4,85€    | 21,25€   | 37,66€   | 54,06€   |

**Rua António Lopes**

| MORADOR                    | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/14 | RENTA/15 |
|----------------------------|------|---------------|----------|----------|
| Horácio Freitas Marques    | 12   | 01/08/2004    | 27,39€   | 19,57€   |
| Maria Alice F. Mendes      | 23   | 10/08/2004    | 52,66€   | 60,68€   |
| Vitorino Carlos H. Saraiva | 41   | 01/08/2004    | 59,40€   | 53,89€   |

**Rua António Lopes (cont.)**

**ATUALIZAÇÃO FASEADA**

| MORADOR              | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/14 | RENTA/15 | RENTA/16 | RENTA/17 |
|----------------------|------|---------------|----------|----------|----------|----------|
| Rui Paulo D. Fragata | 58   | 29/07/2014    | 4,85€    | 13,11€   | 21,36€   | 29,62€   |

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

**Rua Bairro do Camarnal**

| MORADOR                      | FOGO | DATA CONTRATO | REND/14 | REND/15 |
|------------------------------|------|---------------|---------|---------|
| José António Carreira Santos | 53   | 01/08/2004    | 123,40€ | 106,33€ |
| Maria de Jesus Santos        | 48   | 01/08/2004    | 21,77€  | 10,30€  |

**Rua Júlio Braga Barros**

| BLOCO | MORADOR                | FOGO  | DATA CONTRATO | REND/14 | REND/15 |
|-------|------------------------|-------|---------------|---------|---------|
| 1     | Carlos Manuel de Jesus | R/C B | 28/01/2005    | 52,29€  | 83,07€  |
| 3     | Marco Paulo F. Salvado | 2.º C | 29/07/2014    | 11,34€  | 15,78€  |

**Praceta da Liberdade**

| BLOCO | MORADOR                   | FOGO      | DATA CONTRATO | REND/14 | REND/15 |
|-------|---------------------------|-----------|---------------|---------|---------|
| 5     | M.ª de Fátima F. Oliveira | 2.º Esq.º | 01/11/2002    | 4,85€   | 4,19€   |

**Mais delibera que os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir de 1 de agosto do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**36 - ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 560, DATADA DE 3 DE JULHO DE 2014, COM A EPÍGRAFE: “ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012” E DE DEVOLUÇÃO DO APOIO FINANCEIRO ATRIBUÍDO EM 2012, PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NO VALOR DE QUINZE MIL EUROS.**

Antes da votação foram colocadas algumas questões.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que o pedido da Associação Novo Olhar (ANO) é de março de 2012 e é mencionado no parecer jurídico que *“ficou parado com a vereadora até Novembro de 2012”*. A Câmara apenas decide em Dezembro de 2012 sobre o apoio desse ano à Associação Novo Olhar II (ANO II), quando quem tinha pedido era a ANO. A ANO II tinha iniciado a atividade em setembro, ora deliberando o apoio em dezembro seria impossível apresentar documentação das despesas de todo o ano. A responsabilidade da Câmara não termina em 2012 nem no mandato anterior, quando não fiscalizou em tempo, pois este mandato começou há mais de ano e meio e o problema não foi ainda resolvido. Deste modo questionou qual a resposta ao apoio pedido pela ANO II em 2013. Com a responsabilidade atribuída à ANO II, esta vai ter de devolver os € 15.000,00, quando a instituição, que não teve apoio da Câmara em 2013 e 2014, está em dificuldades financeiras. Questionou então se a Câmara tem alguma instituição a trabalhar na área dos

toxicodependentes e prostituição. Propôs que a Câmara faça um acordo de pagamento, para que possa ser atribuído em 2015 um apoio à ANO II.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que não é a primeira vez que o actual executivo é confrontado com problemas de outro executivo. Não tem alternativa senão votar favoravelmente, face aos pareceres, mas custa-lhe muito. Primeiro porque entende que há aqui dois culpados, sendo que o principal responsável é a Câmara, que fez coisas que não devia ter feito. Mas a Câmara tem rosto, e aqui tinha rosto, e há claramente um responsável, que é o Vereador da altura. O segundo culpado é a instituição, que aligeirou os procedimentos e que fez com que se cometessem erros. Havendo dois culpados, há culpa das duas instituições, mas só se vai castigar uma instituição. Resta agora pensar como é que se vai minimizar os prejuízos que esta situação possa trazer à instituição. Não lhe parece que a instituição tenha meios para fazer esta reposição. A Câmara tem responsabilidade e deve encontrar uma solução. Não é apologista de penalizar, mas entende que devem ser apuradas e pedidas responsabilidades, abrindo um inquérito, porque a culpa não pode nem deve “morrer solteira”.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que se trata de um assunto complicado, onde se verifica uma conflitualidade entre a formalidade e a materialidade. Formalmente o parecer jurídico evidencia uma certeza, a materialidade é que se trata de uma instituição que é importante para a sociedade. Pediu que futuramente a Câmara e a ANO II tenham procedimentos condignos, para que a instituição não acabe, porque é importante para a parte “mais escura” da sociedade, pela qual todos nós acabamos por ser também responsáveis. Deseja que se alcance uma simbiose de vontades entre as duas instituições para mudar a atitude futura.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que concorda com todos e exprime um sentimento de dor e angústia pela situação. Relembrou a todos que são Vereadores da CMMG não só para um mandato mas para o futuro, e as culpas dos colaboradores serão sempre as culpas do dirigente. Isto são situações da CMMG, que ele próprio ao ser Vereador teve que assumir, dando a carapela resolução do problema. É claro que houve erros processuais da Câmara e da própria instituição, que o reconhece. Pessoalmente está de acordo com tudo o que foi dito. A Câmara tem consideração e continua a contar com a preciosa colaboração da ANO II, que faz parte do CLAS. A bem da justiça e da legalidade, esta decisão, embora dolorosa, tem que ser tomada. Vai-se ver como é que poderão continuar a ter condições para prosseguirem o seu trabalho, numa área tão frágil da sociedade. Pediu que esta questão não seja agarrada politicamente, assim como tantas outras questões sociais, porque ele não o fez nem fará. Continua a disponibilizar-se, e pensa que o executivo permanente também, no sentido de prosseguir o diálogo com a instituição.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que fez parte do anterior executivo, refletiu sobre este assunto e chegou à conclusão que não se pode ser voluntarioso.

Acha que a anterior Vereadora pecou pelo seu voluntarismo, mas há que regularizar a situação, dispensando-se de tecer mais considerações.

Custa-lhe a crucificação da Vereadora, sabe a sua angústia por esse voluntarismo, mas assumiu para si que nunca será voluntarista.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que agora se deve olhar para o futuro, deixar o passado e dar oportunidade à instituição de caminhar em frente, dando-lhe a possibilidade de poder pagar em prestações.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que não se tratou de voluntarismo, e que aquilo que aconteceu foram erros grosseiros, porque se sabiam quem eram as pessoas e as instituições. Não pretende pôr em causa a honorabilidade da Dr.ª Cidália, mas assumir responsabilidades é arcar com as consequências. Está-se a penalizar uma instituição e a deixar impune outra instituição, que é a Câmara. Entende que é injusto penalizar uma instituição e deixar a outra, na pessoa da Vereadora, impune. Deverá ser encontrada uma solução.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que será com todo o gosto que receberá uma proposta de resolução que qualquer Vereador queira apresentar, dentro do quadro legal. Está receptivo a receber todas as propostas que sejam apresentadas.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:**

374 - Considerando o teor da deliberação camarária de 13 de dezembro de 2012, através do qual do qual foi deliberado atribuir à Associação Novo Olhar II, um subsídio no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) *para fazer face às despesas inerentes às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sanitário Porta Azul, que se anexa;*

Considerando que, nos termos dessa mesma deliberação, *a A.N.O.II, deveria, obrigatoriamente evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluísse esse mesmo objeto, até ao final do 1.º trimestre de 2013;*

Considerando o teor da deliberação camarária n.º 560, datada de 3 de julho de 2014, relativa à *“Alteração da deliberação de 13 de dezembro de 2012”*, em anexo;

Considerando a informação n.º 16/2014 da Divisão Financeira e Tecnologias da Informação, datada de 1 de outubro de 2014, para efeitos de submissão da referida deliberação, a apreciação jurídica, em anexo;

Considerando o teor do parecer jurídico, datado de 3 de novembro de 2014, da Divisão Jurídica e de Comunicação, em anexo e, no qual se encontram evidenciados os motivos que suportam a ilegalidade da deliberação de 3 de julho de 2014;

Considerando a deliberação n.º 18, datada de 8 de janeiro de 2015, com a epígrafe: *“Revogação da Deliberação Camarária n.º 560, datada de 3/07/2014, relativa à “Alteração da Deliberação de 13 de dezembro de 2012”, em anexo;*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

Considerando que, a deliberação n.º 560 de 3 de julho de 2014, é inválida e anulável por estar inquinada do vício de violação (do número 1 do artigo 8.º e n.º 2 do artigo 17.º, ambos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra) e do vício de forma (por falta de fundamentação da solução distinta de casos análogos e precedentes que o justificassem);

Considerando que, a Câmara Municipal deliberou notificar a A.N.O. II, NIPC 510 280 013 para querendo se pronunciar o fazer, relativamente quer à sua intenção de revogar a deliberação acima referida, quer à determinação da reposição do apoio financeiro, no valor de 15.000€ (quinze mil euros), por não ter sido efetiva e integralmente demonstrada a sua aplicação às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário em 2012, em sede de audiência prévia, no prazo de 10 dias úteis nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo;

Considerando as alegações proferidas pela ANO II, em sede de audiência prévia, através do ofício com registo de entrada n.º E/1431/2015, em anexo;

Considerando que, nos termos da informação n.º 314/2015 da D.J.C., datada de 6/03/2015 e atualizada a 5/05/2015, que se anexa, as referidas alegações não sustentam factos que possam, de alguma forma, levar a uma alteração na decisão da Câmara Municipal constante da deliberação tomada em reunião de câmara de 08/01/2015,

**A Câmara Municipal delibera manter a revogação da deliberação n.º 560, datada de 3 de julho de 2014, com a epígrafe: “ Alteração da deliberação de 13 de dezembro de 2012”, com fundamento na sua invalidade, decorrente da violação do n.º 1 do artigo 8.º e n.º 2 do artigo 17 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra; revogação essa que à luz do atual Código do Procedimento Administrativo reveste a forma de anulação, nos termos do n.º 2 do artigo 165.º, n.º 3 do artigo 168.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 170.º e n.º 1 do art.º 172.º do referido código.**

**Mais delibera manter a determinação de reposição, por parte da ANO II, do apoio financeiro atribuído em 2012, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) pelo facto de não ter sido efetiva e integralmente demonstrada a sua aplicação às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário em 2012, nos termos do disposto no art.º 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra e n.º 1 do art.º 172.º do C.P.A.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto a favor, tendo em consideração o conteúdo do parecer jurídico.  
Lamento que isto aconteça, é um péssimo exemplo do funcionamento da administração.*



*Sabendo-se que a instituição se encontra com dificuldades financeiras, que cumpre serviços importantíssimos na área do apoio a pessoais em situação de toxicodependência e prostituição, como pensa a Câmara Municipal resolver estes problemas sociais sem que esteja em funcionamento a instituição que tem respostas sociais nesta área?"*

**O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Face aos pareceres jurídicos não me resta outra alternativa que não seja votar favoravelmente a proposta.*

*No entanto esta proposta penaliza apenas uma das partes com responsabilidade nos erros cometidos e deixa de fora a principal responsável que é a Câmara Municipal. Nesse sentido, é de elementar justiça que se levante um procedimento interno de avaliação de responsabilidades da Câmara e simultaneamente que se encontrem mecanismos legais de compensar a instituição com relevo no serviço comunitário, no sentido de atenuar a injustiça cometida."*

**O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votei favoravelmente porque sempre defendi e defendo a formalidade sobre a materialidade do assunto expresso neste ponto. Está patente que os documentos padeciam de formalidade.*

*Peço assim às instituições em causa que doravante procedam diferentemente daquilo que o fizeram neste momento, de modo que este assunto nunca mais se repita."*

**O Sr. Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votei favoravelmente esta proposta porque independentemente do mérito e do trabalho social desta associação, e no conhecimento concreto das diversas diligências que a responsável do pelouro à data efectuou junto dos responsáveis, sem qualquer êxito, o que está em causa nesta deliberação é a reposição da legalidade."*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votei favoravelmente no cumprimento escrupuloso da reposição da legalidade."*

**37 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULO DE 26 DE JUNHO E JULHO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

375 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarque um vasto leque de opções artísticas. Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

A Inf. 20/2015 de 23 de fevereiro que apresenta proposta de programação para julho de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 24 de fevereiro; Em data posterior foi decidido contratualizar ao Grupo Cénico do Sport Império Marinhense uma apresentação da sua última encenação “O Canalizador Encenador” no dia 26 de junho, e um concerto com o pianista marinhense André Barros no dia 18 de julho na Casa da Cultura Teatro Stephens;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: “...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”; De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal “fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de 26 de junho e julho na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

| JUNHO | EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA | ARTISTA/COMPANHIA                                | CUSTOS       | PREÇO DO BILHETE PROPOSTO C/ IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR |
|-------|-----------------------|--|--------------|--|
| 26    | Teatro                | Grupo Cénico do SIM<br>“O Encenador Canalizador” |              | 5€   |
| JULHO |                       |  |              |  |
| 4     | Música                | The Gould Trio<br>Cister Música 2015             | 3000€ s/ IVA | 8€   |
| 11    | Teatro                | Rita Ribeiro e Sandra José                       | 1300€ s/ IVA | 8€   |
| 18    | Música                | André Barros                                     | 1000€ + IVA  | 8€   |

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de 26 de junho e julho que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **38 - FESTAS DA CIDADE – APOIOS E PATROCÍNIOS**

Antes da votação foram colocadas algumas questões.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não se encontra no processo a tabela de preços, pelo que não poderá saber quais são as vantagens do negócio se não sabe os preços, e assim não dispõe dos meios para votar em consciência. Anunciou que irá apresentar, por escrito, uma série de perguntas sobre as festas da cidade. Quer ser esclarecido sobre todos os contactos que foram estabelecidos com o grupo cervejeiro, fazendo o mesmo pedido para os contactos com a LPM, pois considera que as contrapartidas são muito baixas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou onde está o regulamento das Festas da Cidade e quais os critérios para a seleção, atribuição de preços, apoio logístico e financeiro. Questionou se não haveria outras entidades interessadas também em participar. Quis saber que espaço vai ocupar o patrocinador que paga € 1.250,00 quando o valor de mercado é bastante inferior, como exemplificou com as festas dos municípios limítrofes de S. Bernardo, em Alcobaça, S. Pedro, em Porto de Mós, do Bodo, em Pombal e a Feira de Maio, em Leiria. Para além das Festas na Batalha, que é gratuito.

Afirmou que é um processo discriminatório, que permite escolher quem se quer, restringindo a liberdade de qualquer empresa, instituição ou particular poderem participar.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que confia plenamente na organização e honorabilidade da realização das festas, por isso só deseja que sejam um grande evento para a Marinha Grande e que para o ano estejam a ser lembradas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** esclareceu as questões colocadas e informou que ainda não há regulamento, uma vez que é o segundo ano que as festas se realizam, mas que será uma necessidade para o futuro. Esclareceu os preços e descontos do barril de cerveja e disse que a opção SAGRES resulta do facto de as festas ainda não terem prestígio a nível nacional e daí não se ter conseguido nada junto das várias entidades, e só se conseguiu chegar ao departamento de marketing da SAGRES, com o apoio que consta da informação, e assim foi este o patrocínio que foi possível obter. Poderá acontecer que as festas sejam um êxito e que para o ano se possa negociar de outra forma. A única empresa contactada

directamente foi o Intermarché, porque o acesso é mais fácil. A LPM não foi contactada pela Câmara, foi ela que contactou a Câmara. Para o próximo ano esta situação também terá que ser regulamentada, porque não há aqui tradição desta exposição de produtos. O que foi feito foi tudo aquilo que foi definido na reunião havida com as colectividades quando se definiram as festas deste ano.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:**

376 - Presente a informação nº I/626/2015 de 12 de maio de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, a propósito dos patrocínios e apoios obtidos para as “Festas da Cidade” e que a seguir se reproduz:

*Tal como tem sido amplamente divulgado, vão realizar-se, no Parque da Cerca, durante os dias 5, 6 e 7 de junho próximo, as “Festas da Cidade”.*

*Este evento, cuja primeira edição conheceu uma enorme adesão e participação popular, visa conferir também, no contexto regional, uma maior notoriedade da Cidade enquanto espaço de cultura e de diversão.*

*Com um programa diversificado, dirigido a um público heterogéneo, marcado pela presença de grupos musicais de topo no panorama artístico português espera-se, naturalmente, uma afluência substancialmente elevada ao longo dos três dias do evento, com evidente impacto na economia local, decorrente do aumento da frequência de estabelecimentos comerciais e de restauração, em particular os que se situam nas imediações ou no centro da Cidade.*

*Tratando-se um evento de massas, com grande visibilidade a uma escala geográfica alargada, a associação de marcas comerciais a uma realização deste tipo é, normalmente, considerada vantajosa por parte de empresas que vêm aqui um importante veículo de promoção dos seus produtos ou marcas.*

*Foi com base nestes pressupostos que foram estabelecidos contactos com algumas entidades da região visando obter apoios de caráter logístico ou financeiro, por forma a minimizar os custos e o seu impacto no orçamento municipal.*

*Entre as entidades contactadas, concederam o seu apoio, a título de “patrocínio”:*

**Grupo Heineken do qual a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas SA. é parte integrante**  
*e representante da marca “Sagres”, nos termos a seguir descritos:*

***Financeiro***

- *Contrapartida financeira no valor de € 2.000 + IVA para consumos superiores a 4.000 lt.*
- *Contrapartida financeira no valor de € 3.000 + IVA para consumos superiores a 5.800 lt*
- *Contrapartida financeira no valor de €4.000 + IVA para consumos superiores a 7.500 lt*

***Comercial***

- *Desconto de 32,5% na cerveja*
- *Desconto de 50% nas águas*
- *Desconto de 50% nos refrigerantes de garrafa*
- *Desconto 25% nos refrigerantes de pressão*

**Logístico**

- Colocação de 1 máquina de extração de cerveja e 1 arca por ponto de venda
- Colocação de 80 mesas de madeira + bancos + chapéus

**Proposta de Contrapartidas**

- Venda exclusiva de cerveja, águas e refrigerantes (Luso de Fruta e Luso Tea)
- Todos os produtos terão que ser adquiridos ao nosso Distribuidor local
- Colocação do logotipo Sagres em todo o material de comunicação do evento
- Colocação de material de visibilidade no local do evento (lonas, bandeiras insuflável)

*Nota: A Câmara Municipal da Marinha Grande comprometer-se-á, ainda, a fornecer e a assegurar um conjunto de informações que deverão caracterizar e enquadrar a relação comercial agora estabelecida, com a referida Sociedade, através do preenchimento de formulário específico (Seleção Comercial de Fornecedores), que se anexa a esta informação assim como do fornecimento, através de declaração, de alguns dados de caráter geral e fiscal.*

*Compromete-se, também, a respeitar o estabelecido pela Circular – em anexo - com a Refª AC/CB/007/11 de 30 de janeiro de 2011, emitida pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas SA.*

*Intermarché Marinha Grande, que assumirá diretamente, perante terceiros, os compromissos financeiros decorrentes do fornecimento de bens ou serviços necessários à organização do evento, até ao valor de 1200€;*

**Contrapartida**

- Presença institucional e promocional no espaço do evento com possibilidade de distribuição de ofertas de caráter alimentar ou de “merchandising”;

***LPM – Comércio Automóvel SA., representante em Leiria das marcas Peugeot e Ford, com um valor de 1250€;***

**Contrapartida**

- Presença institucional e promocional no espaço do evento com exposição de automóveis das marcas representadas;

*Entre as entidades contactadas, concederam o seu apoio, com caráter logístico e institucional:*

*Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA que se dispõe a:*

- Reforçar a recolha de recicláveis na zona do Parque da Cerca durante o período do evento;
- Conceder formação aos responsáveis pelas tascas e cedência de sacos amarelos para separação dos recicláveis com possibilidade de apoio às instituições em troca do material recolhido devidamente separado para reciclagem.
- Realizar atelier de reutilização de materiais direcionado às crianças durante as tardes dos dias 6 e/ou 7 junho.

*As receitas extraordinárias decorrentes dos apoios descritos deverão ser registadas, de acordo com informação da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, pela classificação económica da receita 060102 – Transferências Correntes de Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

A Câmara Municipal apreciou a informação supra reproduzida e agradece formalmente às empresas Grupo Heineken - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas SA., Intermarché Marinha Grande, LPM – Comércio Automóvel, SA. e Valorlis, SA., a concessão dos apoios financeiros e logísticos descritos, às “Festas da Cidade 2015”, expressando ainda a sua concordância com as contrapartidas solicitadas, que permitirão minimizar o financiamento público que decorre da organização deste tipo de eventos por uma Câmara Municipal, reconhecendo a importância determinante de que se revestem este tipo de parcerias, em benefício da comunidade local, pelo que delibera acolher esta receita, que se reveste de caráter excecional, ao abrigo do artº 33, nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02. que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“A presente deliberação agradece às empresas que participam neste evento, e neste agradecimento solidarizamos-nos, mas ao mesmo tempo a deliberação expressa a concordância com as contrapartidas solicitadas às mesmas.*

*Esta concordância não pode ser estendida à minha pessoa, por serem insignificantes face ao valor comercial do evento, que, embora com histórico curto, foram um caso de sucesso no domínio da participação de pessoas do evento do ano anterior.*

*O executivo podia ter feito melhor e poderia não ter feito a proposta de patrocínio apenas a uma empresa de cada sector, escolhida com o único critério “foi a única que conseguimos contactar”. É um critério discricionário e não garante a melhor contrapartida ao Município.*

*Por outro lado, face à falta dos preços contratados para os produtos fornecidos pela empresa, que foram apresentados apenas a meu pedido e no momento da reunião, não são dados elementos suficientes para fazer a análise devida.”*

### **39 - 9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 – 2.ª REVISÃO**

Assunto retirado da ordem do dia.

### **40 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014**

Assunto retirado da ordem do dia.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 12

#### **41 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.986.696,15 €** (sete milhões, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis euros e quinze cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**377 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente encerrou a reunião eram 13:45 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Vice-Presidente**

**A Secretária da reunião**